



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

### APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. - IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP- 327 Oriando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

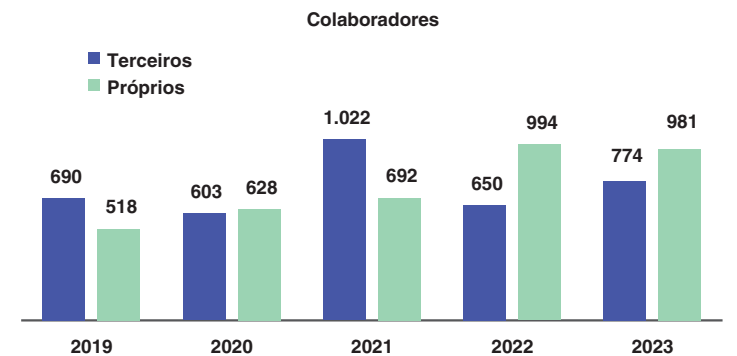
O ano de 2024 chega mais esperançoso e fortalecido para que possamos trabalhar com foco na excelência, na qualidade e na segurança dos nossos colaboradores e clientes. Os últimos anos foram muito desafiadores em todos os aspectos. É assim que queremos seguir à frente, sempre evoluindo e superando todos os desafios, com garra, otimismo, comprometimento para entregar resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, nossos clientes e acionistas.

### PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

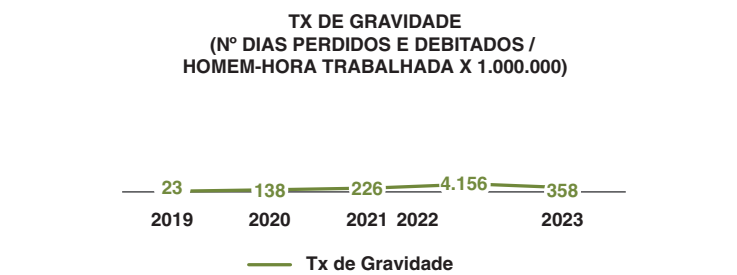
#### Quadro de Colaboradores

Em 2023, o quadro de colaboradores próprios manteve-se em linearidade quando comparado ao ano 2022. Para os Terceirizados notamos o reflexo das contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



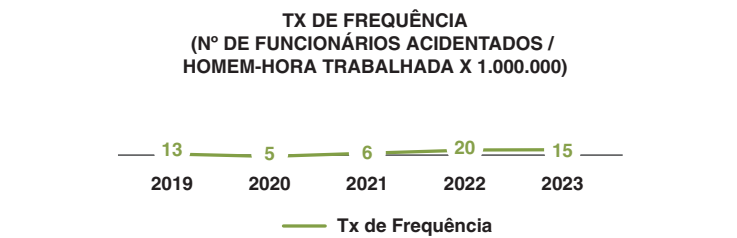
#### Taxa de Gravidade

A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, que tem refletido em expressivos resultados, reduzindo ocorrências e zelando pela segurança.



#### Taxa de Frequência

A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



### ÉTICA E COMPLIANCE

No segundo semestre de 2023, foi realizado treinamento presencial de compliance aos colaboradores da Companhia, contando com palestra acerca do tema. Foi realizada ainda a massiva divulgação do Canal de Ética, destacando a importância da transparência nas relações cotidianas internas e externas.

### RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

**Programa CART pela Vida**  
O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As ações contam com atividades de conscientização e sobre direção segura, saúde, bem-estar e assuntos socioambientais. Elas são desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros. Em 2023, o CART pela Vida realizou 105 ações com 7.987 pessoas que passaram pelas ações de conscientização.

**Programa Educando Caminhos**  
Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 8 ações totalizando 560 crianças atendidas em 2023.

**Programa Turismo da Gente**  
Baseado nos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde os atrativos turísticos, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da divulgação de destinos turísticos no interior paulista. Em 2023, houve participação em 3 eventos regionais totalizando 665 pessoas participantes, além da gravação de vídeos para divulgação das cidades de Rancheira, Palmital e Tarumã. Algumas cidades passaram a ter destaque em mídias nacionais depois da divulgação do Turismos da Gente.

**Incentivo ao Esporte Armador**  
O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS - 5% (cinco por cento) -, devido ao Município a pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos - Lei Municipal n. 3.791/94.

Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil.

**Apoio e incentivo a projetos**  
Em 2023 houve repasse de parte do imposto de renda devido da concessionária para programas e projetos nas áreas de educação, esporte, criança e adolescente, idoso e cultura. Os Projetos indicamos foram mapeados dentro do eixo de concessão da CART e o aporte irá proporcionar um impulsionamento do atendimento social e melhoria da qualidade de vida na região, além de favorecer o relacionamento institucional com o município. As cidades beneficiadas diretamente com o repasse foram: Assis, Ourinhos, Bauru e Presidente Venceslau. O Projeto Guri, que atua no incentivo à cultura, recebeu aporte que irá apoiar na continuidade do atendimento ao polos de 23 cidade do eixo da concessão, entre elas: Álvares Machado, Anhumas, Assis, Bauru, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Ibirarema, Maracá, Martinópolis, Mirante de Paranapanema, Ourinhos, Palmital, Piquirobi, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Presidente Dutra, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Expedito e Teodoro Sampaio.

### MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2023, destacam-se:

**Programa de Proteção à Fauna**  
Programa pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 160 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó - SP 225, Oriando Quagliato - SP 327 e Raposo Tavares - SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando maior segurança aos motoristas e a própria fauna. As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

**Projeto de Reflorestamento**  
A CART possui atualmente 458 hectares de áreas de reflorestamento em andamento, totalizando 763.536 árvores de espécies nativas. Os reflorestamentos possuem extrema importância ambiental e social, na preservação dos cursos d'água, melhoria na qualidade do ar e habitat para a fauna silvestre. Dentre os projetos em andamento na CART, destacam-se:

**Projeto de Reflorestamento - Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto**  
Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, tendo como premissa promover a recomposição florestal do local. Este projeto está contemplado no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

**Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Paranapanema, SP**  
O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50,00 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente em propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico Leão Preto. Essa área, quando reflorestada, contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do Interior, interligando as duas maiores unidades de conservação desse bioma, o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica do Mico Leão Preto (ESECMLP).

**Selo Ouro: Programa Brasileiro GHG Protocol**  
CHG Protocol é um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.

O Programa Brasileiro GHG Protocol foi criado em 2008 e é responsável pela adaptação do método CHC Protocol ao contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

A CART participou do ciclo 2023 do Programa GHG Protocol, onde foram auditadas as emissões de GEE referente ao ano de 2022, recebendo o Selo Ouro que certifica o inventário corporativo pelo alcance do mais alto nível de qualificação.

### Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restouro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios.

Além de projetos voltados a preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso; (iv) necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis.

A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART, e está em funcionamento desde abril de 2021.

Dois novos sistemas foram instalados em 2022, sendo um na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU 3), e outro na Praça de Pedágio 3.

Ao todo, os três sistemas em funcionamento na CART têm a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

Para 2024, está prevista a implantação de mais um sistema. A unidade contemplada será o Serviço de Atendimento ao Usuário 4 (SAU 4).

A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente.

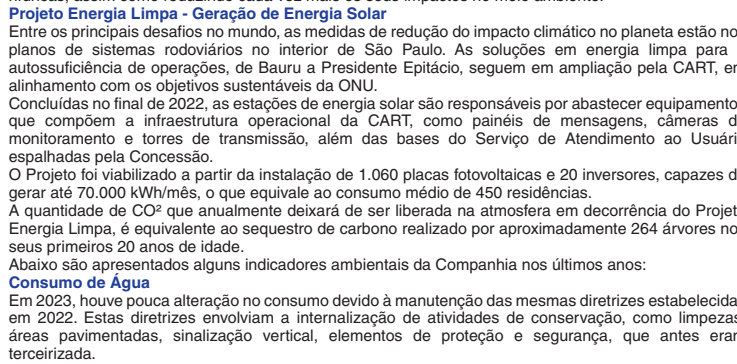
**Projeto Energia Limpa - Geração de Energia Solar**  
Entre os principais desafios no mundo, as medidas de redução do impacto climático no planeta estão nos planos de sistemas rodoviários no interior de São Paulo. As soluções em energia limpa para a autossuficiência de operações, de Bauru a Presidente Epitácio, seguem em ampliação pela CART, em alinhamento com os objetivos sustentáveis da ONU.

Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar são responsáveis por abastecer equipamentos que compõem a infraestrutura operacional da CART, como painéis de conservação, câmeras de monitoramento e torres de transmissão, além das bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão.

O Projeto foi viabilizado a partir da instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/mês, o que equivale ao consumo médio de 450 residências.

A quantidade de CO<sub>2</sub> que anualmente deixará de ser liberada na atmosfera em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores nos seus primeiros 20 anos de idade.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:



#### Consumo de Energia

Iniciativas voltadas à redução do consumo de energia implementadas em 2022 continuaram a apresentar resultados positivos de redução em 2023.

#### Consumo de Energia Elétrica

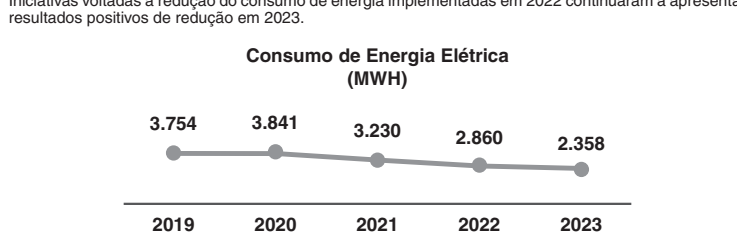
Iniciativas voltadas à redução do consumo de energia implementadas em 2022 continuaram a apresentar resultados positivos de redução em 2023.

#### Consumo de Combustível

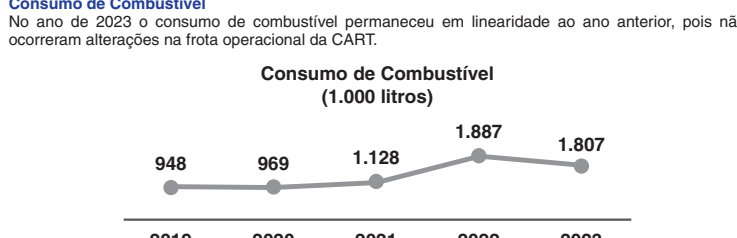
No ano de 2023 o consumo de combustível permaneceu em linearidade ao ano anterior, pois não ocorreram alterações na frota operacional da CART.

#### Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

A redução no volume de emissões de GEE em 2022 está relacionada as atividades primarizadas pela Companhia, com relação a utilização de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.



#### Variação do PIB Brasil (em %)



Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

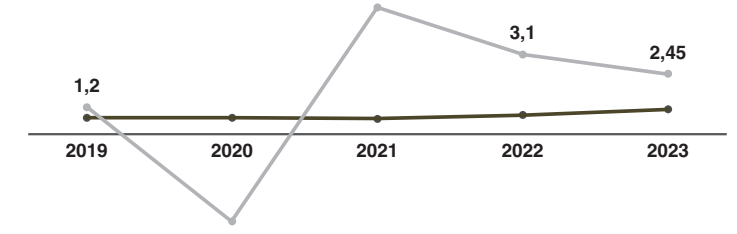
	4T23	4T22	Δ
<b>Inflação e Juros</b>			
IPCA Últimos 12 meses	4,6%	5,8%	-1,2 pp
CDI Final do Período	0,9%	1,1%	-0,2 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,0%	12,4%	0,6 pp

### RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
<b>VEPs<sup>1</sup></b>	17.098	15.557	9,9%	63.565	59.295	7,2%
Veículos Leves	4.992	4.618	8,1%	18.454	16.987	8,6%
Veículos Pesados	12.106	10.939	10,7%	45.111	42.308	6,6%
<b>Tráfego<sup>2</sup></b>	7.762	7.194	7,9%	28.927	27.048	6,9%
Veículos Leves	5.060	4.667	8,4%	18.680	17.175	8,8%
Veículos Pesados	2.575	2.396	7,5%	9.730	9.351	4,1%
Veículos Isentos	127	131	-3,1%	517	522	-1,0%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	10,24	9,84	4,1%	10,06	9,18	9,6%

<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo  
<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos que transitarão pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 63,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs em 2023, um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior. No 4T23, as nove praças de pedágio da CART registraram 17 milhões de VEPs, um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período de 2022.

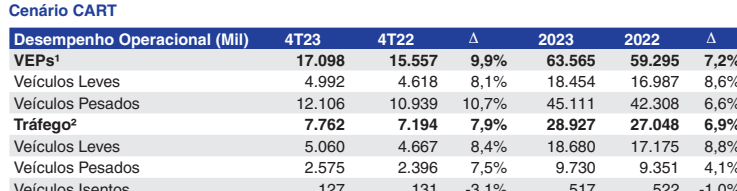


A proporção de VEPs pesados na representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi ligeiramente menor em 2023 comparado a 2022.

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado <sup>1,2</sup>	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/23 sobre Jan-Dez/22): Brasil	7,1%	3,0%	6,1%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/23 sobre Out-Dez/22): Brasil	6,0%	6,6%	6,2%

<sup>1</sup> Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers  
<sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2023, como demonstrado no gráfico a seguir.



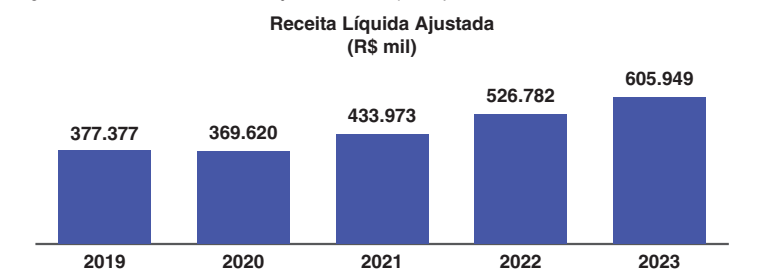
No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 6,9%, sendo 8,8% para os veículos leves e 4,1% para os veículos pesados.

### RESULTADOS FINANCEIROS

Receita Operacional (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
<b>Receita Bruta</b>	180.782	160.224	12,8%	663.180	576.403	15,1%
Deduções da Receita Bruta	(15.584)	(13.794)	13,0%	(57.231)	(49.621)	15,3%
<b>Receita Líquida<sup>1</sup></b>	165.198	146.430	12,8%	605.949	526.782	15,0%

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 605,9 milhões no ano de 2023, um aumento de 15% quando comparada com 2022. No 4T23 o aumento foi de 12,8% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada do tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:



### Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
<b>Pessoal</b>	(17.338)	(17.386)	-0,3%	(68.643)	(65.705)	-4,5%
Conservação e manutenção	(3.527)	(6.333)	-44,3%	(11.882)	(22.053)	-46,1%
Operacionais	(15.138)	(10.806)	40,1%	(46.904)	(38.183)	22,8%
Provisão para contingências	(784)	(153)	412,4%	(17.133)	(9.765)	75,5%
Serviços de terceiros (*)	(5.156)	(3.827)	34,7%	(16.040)	(14.292)	12,2%
Custas Processuais	(7.086)	-	-	(7.086)	-	-
Manutenção de Veículos	(707)	(567)	24,7%	(2.589)	(2.376)	9,0%
Materiais Diversos	(358)	(852)	-58,0%	(2.012)	(3.326)	-39,5%
Outras despesas diversas	(3.710)	(4.086)	-9,2%	(20.871)	(23.168)	-9,9%
Outras despesas operacionais	(582)	-	-	(582)	-	-
Outras receitas operacionais	384	-	-	699	9.306	-92,5%
<b>Custos &amp; Despesas Administrativos</b>	(54.002)	(44.010)	22,7%	(193.043)	(169.562)	13,8%
Outorga variável	(5.423)	(4.806)	12,8%	(19.901)	(17.287)	15,1%
Depreciação e amortização	(51.498)	(50.772)	1,4%	(202.745)	(176.612)	14,8%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	(110.923)	(99.588)	11,4%	(415.689)	(363.641)	14,4%
Custo de construção de obra	(47.308)	(64.437)	-26,6%	(86.322)	(92.137)	-78,0%
Provisão de manutenção	(4.303)	(77.983)	-94,5%	(16.738)	(104.440)	-84,0%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	(162.534)	(242.008)	-32,8%	(518.749)	(860.038)	-39,7%

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

No ano de 2023 os custos e despesas administrativos totalizaram R\$ 193 milhões, um aumento de 13,8% quando comparado com o ano de 2022. No 4T23 o aumento foi de 22,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento na rubrica de Despesas Administrativas tem o principal reflexo de passivos regularizados junto ao poder concedente. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

#### Composição dos custos e despesas administrativos

O gráfico a lado demonstra a representatividade dos custos e despesas administrativos por agrupamento.



### EBITDA e margem EBITDA

EBITDA e
----------



No ano de 2023 foram investidos R\$ 61,7 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados às atividades primarizadas.

**PERSPECTIVAS E PLANOS**

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, com a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas. Além disso, programas como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados e aprimorados. Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: auditoria das informações de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtem dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)**

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Raposo Tavares S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Bauri, 29 de fevereiro de 2024

Gilson Carvalho - Diretor de Relações com Investidores  
Renê Pinto - Diretor Presidente

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	Nota	2023	2022
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	124.351	45.550
Aplicações financeiras vinculadas	10	17.909	15.742
Contas a receber	11	50.028	42.616
Estoque	12	6.731	9.050
Tributos a recuperar	13.a	5.003	9.049
Adiantamentos de fornecedores		9.083	5.884
Outros		-	1
Total do ativo circulante		213.105	127.892
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos diferidos ativos	13.b	426.168	427.288
Depósitos judiciais	20.d	6.076	15.705
Outros		10	10
Imobilizado	15	34.028	38.722
Infraestrutura em construção	16	2.098	78.716
Intangível	16	2.449.100	2.477.233
Total do ativo não circulante		2.917.480	3.037.674
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.130.585</b>	<b>3.165.566</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	17.a	30.750	51.339
Debêntures	18	119.881	73.415
Outras contas a pagar	17.b	97.624	382
Tributos a recolher		6.957	6.586
Obrigações com empregados e administradores		11.804	11.665
Credor pela concessão	19	1.854	1.667
Partes relacionadas	14	1.015	291
Receita acessória antecipada	21	9.280	11.261
Partes de arrendamento	23	3.266	3.113
Provisão para manutenção	22	48.209	27.146
Total do passivo circulante		330.640	256.985
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Passivo de arrendamento	23	369	2.633
Debêntures	18	1.097.833	1.175.664
Provisão para riscos processuais	20	50.034	104.461
Receita acessória antecipada	21	36.014	34.178
Provisão para manutenção	22	28.921	15.035
Total do passivo não circulante		1.213.171	1.331.971
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	24.a	2.451.400	2.451.400
Prejuízos acumulados		(864.626)	(874.670)
Total do patrimônio líquido		1.586.774	1.576.730
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.130.585</b>	<b>3.165.566</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**CONTEXTO OPERACIONAL:** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Iessa Marar 2-200 em Bauri, Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidas, compreendendo: I. SP-270; Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauri; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo; III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **TERMO ADITIVO MODIFICATIVO:** Na data de 17 de agosto de 2022, foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022. Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - ("IASB") e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de provisão para manutenção na nota explicativa nº 22 e debêntures conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 18. A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 10.044 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo líquido de R\$ 72.108 mil em 31 de dezembro de 2022) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 117.533 mil (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 128.973 mil). A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que as provisões para manutenções, conforme divulgado na nota explicativa nº 22, serão concluídas durante o exercício de 2024 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

**3. BASES DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: (i) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 22; (ii) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 20; (iii) elaboração de projeções para teste de redução de valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realizações dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros - nota explicativa nº 13.b e 16. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: **Contabilização do contrato de concessão:** A contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICP 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12*, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão. **Determinação das receitas de construção:** De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion - POC*. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 25. **Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou reconstrução da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 22. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos. **Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios:** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatórias, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a natureza das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 20. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. O reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 13.b. **Redução ao valor recuperável ("impairment")** Ativos financeiros: As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável

de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

**6. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** A Empresa adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desfazer e restauração. Para arrendamentos e passivos de demontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de dezembro de 2023, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados. **Imposto mínimo complementar global:** A Empresa adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Empresa opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. **Informação de políticas contábeis materiais:** A Empresa também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Várias alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 7 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

**7. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". 7.1 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 7.2 Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 7.3 Impostos de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. 7.3.1 Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar lucro no segundo semestre de 2023. No exercício anterior, a Companhia não apurou imposto corrente. 7.3.2 Impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício de renda e contribuição social diferidas. O montante dos impostos diferidos na nota diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis decorrentes de diferenças temporárias tributáveis reconhecidas para reconhecer os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, à taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. 7.4 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável ("impairment"). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 as demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 7.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indicio de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus passivos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes - EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pela concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 16 as demonstrações financeiras. 7.7 Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 7.8 Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os efeitos contratuais: 7.9 Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 7.10. Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	25	692.271	918.919
Custo dos serviços prestados	26	(439.820)	(794.431)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>252.451</b>	<b>124.488</b>
Generais e administrativas	26	(79.064)	(74.913)
Outras receitas operacionais	26	699	9.306
Outras despesas operacionais	26	(582)	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>173.522</b>	<b>58.881</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	27	19.348	20.372
Despesas financeiras	27	(169.836)	(177.891)
		(150.488)	(157.519)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>23.034</b>	<b>(98.638)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.c	(11.870)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.c	(1.120)	26.530
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.044</b>	<b>(72.108)</b>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	28	0,001	(0,006)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**

	2023	2022
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.044</b>	<b>(72.108)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.044</b>	<b>(72.108)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>2.306.400</b>	-	<b>(802.562)</b>	<b>1.503.838</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	-	145.000	-	145.000
Aumento de capital	24.b	145.000	(145.000)	-	-
Resultado do exercício		-	-	(72.108)	(72.108)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZ</b>					





Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2023
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	102.221
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	23.369
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.167.262
(-) Custos de transação - Debêntures				(175.438)
Total				1.217.714
Parcelas do circulante				119.881
Parcelas do não circulante				1.097.833

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(-) Custos de transação - Debêntures				(83.169)
Total				1.249.079
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664

Vencimento longo prazo em 31/12/2023	2023
2025	57.613
2026	27.383
2027	105.661
2028	79.293
2029 em diante	791.953
Total longo prazo	1.097.983
Vencimento longo prazo em 31/12/2022	2022
2024	105.901
2025	61.697
2026	29.324
2027	113.152
2028 em diante	865.590
Total longo prazo	1.175.664

**Debêntures - 1ª e 2ª emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures. As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série. Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.678 (R\$ 3.355 em 31 de dezembro de 2022). As debêntures emitidas possuem, com uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART. **Debêntures - 3ª emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 6,05% a.a. para as debêntures de 2036. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 73.761 (R\$ 79.908 em 31 de dezembro de 2022). As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures. **Cláusulas restritivas:** Conforme previsto no contrato das debêntures os seguintes financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos) = 1,2. <sup>(1)</sup> EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). <sup>(2)</sup> Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

**19. CREDDOR PELA CONCESSÃO**  
O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: a) Investimentos: Os principais investimentos decorrentes da concessão são: i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções. b) Outorga fixa e variável: Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes: *Outorga fixa:* Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 16, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. *Outorga variável:* Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia. O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.854 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 19.713 (Em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente R\$ 15.620) referente à outorga variável. c) Garantias: A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais: 1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses. 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

**20. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**  
A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, subsidiariamente na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizações.  
Composição do risco:

Natureza do risco	2023		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.198	12.154	17.352
Cíveis	44.494	70.425	114.919
Tributária	-	2.149	2.149
Ambiental	342	8.084	8.426
Total	50.034	92.812	142.846

Natureza do risco	2022		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200
Cíveis	19.123	33.355	52.478
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.222

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2022		Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2023
	Conststituição	2022			
Trabalhistas	10.255	2.407	(8.230)	767	5.198
Cíveis e ambientais	19.478	39.013	(18.823)	5.166	44.944
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	22.683	(97.410)	-	-
Total	104.460	64.103	(124.463)	5.933	50.034

Natureza do risco	2021		Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
	Conststituição	2021			
Trabalhistas	12.427	2.145	(6.869)	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.692	19.478
Procedimentos Arbitrais	66.401	21.461	(8.926)	74.727	74.727
Total	86.072	43.922	(19.633)	16.950	104.461

(\*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês. Em dezembro de 2023 com a conclusão do processo, o montante foi reclassificado para outras contas a pagar do passivo circulante, vide nota 17.b.  
a) Riscos trabalhistas: A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) Procedimento Arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal. A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021. Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte à parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 97.410 à Metha, os quais a Companhia já possuía R\$ 65.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R\$ 29.742, face ao cumprimento da decisão arbitral. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi reclassificado para outras contas a pagar nota 17.b.  
d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2023	2022
Trabalhistas	604	1.875
Cíveis	3.725	9.408
Tributária	377	889
Ambiental	17	35
Regulatório	1.353	3.498
Total	6.076	15.705

**Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista:** Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 604 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875). **Depósitos Cíveis - garantia:** Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, quando logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, desde que a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 31 de dezembro de 2023 o montante é de R\$ 3.725 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 9.408). Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023

depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 377 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 889), ambiental no montante de R\$ 16 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 34) e regulatória no montante de R\$ 1.353 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 3.498).

**21. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS**  
As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos dos parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2023	2022
Circulante	9.280	11.261
Não circulante	36.014	34.178
Total receita diferida	45.294	45.439

**22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**  
A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2023 são:

Provisão para Manutenção	2022	Adições AVP (*)	Consumo	Transferências	2023
Passivo circulante	97.146	-	(48.937)	-	48.209
Passivo não circulante	15.035	16.738 (2.852)	-	-	28.921
Total	112.181	16.738 (2.852)	(48.937)	-	77.130

Provisão para manutenção	2021	Adições AVP (*)	Consumo	Transferências	2022
Passivo circulante	97.759	74.067	(98.785)	-	24.105
Passivo não circulante	17.513	30.373 (8.746)	-	(24.105)	15.035
Total	115.272	104.440 (8.746)	(98.785)	-	112.181

(\*) Trata-se do ajuste a valor presente.

**23. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**  
a) Composição dos saldos e movimentação:  
**Passivo de arrendamento**

	2023	2022
Saldo inicial	5.746	6.457
Adições	968	1.626
Juros provisionados	451	607
Pagamento de juros	(451)	(607)
Pagamento de principal	(3.079)	(2.337)
Total	3.635	5.746
Passivo circulante	3.266	3.113
Passivo não circulante	369	2.633

Para os contratos reconhecidos no ano de 2023, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (idêntico em 2022).

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2022), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2022), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias. b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC: No 2º trimestre de 2022, ocorreu aporte de R\$ 145.000 através de adiantamento para futuro aumento de capital em 18 de maio de 2022 e no dia 29 de junho de 2022. No dia 13 de julho de 2022 foi aprovado em ata de conselho de administração a conversão dos R\$ 145.000 para aporte de capital na Companhia. c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

**25. RECEITAS**  
A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2023 e 2022 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza	2023	2022
Receita de pedágio	639.904	555.113
Receitas acessórias	23.276	21.290
Impostos	(57.231)	(49.621)
Receita líquida de serviços	605.949	526.782
Receita construção (a)	8.222	39.327
Receita total	692.771	918.919

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

Base de cálculo de impostos  
Receitas com serviços  
Deduções  
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)  
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)  
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)  
Deduções da receita

	2023	2022
Receitas com serviços	663.180	576.403
Deduções	19.894	17.292
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	4.311	3.747
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	33.026	26.582
Deduções da receita	57.231	49.621

**26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	2023	2022
Depreciação e amortização	(202.745)	(176.612)
Custo de construção de obra	(86.322)	(392.137)
Pessoal	(68.643)	(65.705)
Provisão para contingências	(17.133)	(9.765)
Operacionais	(46.904)	(38.183)
Outorga variável	(19.901)	(17.287)
Provisão de manutenção	(16.738)	(104.440)
Serviços de terceiros (*)	(10.640)	(14.292)
Conservação e manutenção	(11.882)	(22.053)
Custos processuais	(7.086)	-
Manutenção de Veículos	(2.589)	(2.376)
Materiais Diversos	(2.012)	(3.326)
Outras despesas diversas	(20.871)	(23.168)
Outras receitas operacionais	699	9.306
Outras despesas operacionais	(582)	-
Total	(518.749)	(860.038)

Custo de serviços prestados  
Despesas gerais e administrativas  
Outras receitas operacionais  
Outras despesas operacionais

	2023	2022
Custo de serviços prestados	(439.820)	(794.431)
Despesas gerais e administrativas	(79.046)	(74.913)
Outras receitas operacionais	699	9.306
Outras despesas operacionais	(582)	-
Total	(518.749)	(860.038)

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

**27. RESULTADO FINANCEIRO**  
**Receitas financeiras**

	2023	2022
Juros sobre aplicações financeiras	18.271	18.999
Outros	1.077	1.373
Total receitas financeiras	19.348	20.372
Despesas financeiras	(571)	777
Comissões e despesas bancárias	(76.569)	(77.160)
Variação monetária passiva	(92.645)	(91.951)
Juros sobre debêntures	(51)	(9.557)
Outros	(169.836)	(177.891)
Total despesas financeiras	(150.488)	(157.519)
Total resultado financeiro	18.870	18.853

**28. RESULTADO POR AÇÃO**  
O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básicos e diluído por ação:

	2023	2022
Numerador básico	18.870	18.853
Resultado do exercício	10.044	(72.108)
Denominador básico e diluído	12.602.598	12.039.369
Média ponderada das ações (em milhares)	(0.001)	(0.006)

Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em milhares de reais - R\$)  
A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

**29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS**  
A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. a) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações



**Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**  
CNPJ/ME nº 10.531.501/0001-58 - NIRE nº 35.3.0036387-6

## Demonstrações Financeiras 2023



www.cartsp.com.br

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Bauri - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão**

Veja a Nota explicativa nº 5, 7.3.2 e 16 das demonstrações financeiras.

**Principais assuntos de auditoria**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.451.198 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;
- (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;
- (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;
- (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;
- (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Realização dos ativos fiscais diferidos**

Veja a Nota explicativa nº 5, 7.3.2 e 13.b das demonstrações financeiras.

**Principais assuntos de auditoria**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 426.168 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;
- (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;
- (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;
- (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;
- (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderíamos afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de Fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

